

Brasileira: a formação da identidade brasileira na história e na literatura

Marília Conforto

RESUMO

O texto apresenta um projeto de pesquisa que teve início em agosto no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras e Cultura Regional, na Universidade de Caxias do Sul. O estudo terá como objetivo investigar a formação social brasileira a partir da perspectiva do diálogo interdisciplinar entre a história e a literatura. A pesquisa terá como base teórica os estudos culturais, as aproximações entre os discursos históricos e literários, a ideia de região enquanto construção cultural que se formará a partir dos textos ficcionais, historiográficos e do estudo sócio-anropológico realizado por Gilberto Freyre. O estudo possibilitará identificar a contribuição dos estudos sociais e da ficção na formação dos tipos regionais, na construção da identidade brasileira.

Palavras-chave: História. Literatura. identidade brasileira.

Brasileira: The fostering of Brazilian identity in history and literature

ABSTRACT

The text presents a project of research initiated in August 2008 in the Graduate Studies Program in Letters and Regional Culture at the University of Caxias do Sul. The study aims to investigate the Brazilian social formation from the perspective of the interdisciplinary dialogue between history and literature. The research draws on cultural studies, the interrelation between the historical and literary speeches, the idea of region as a cultural construction composed of fictional and historiographic texts and of the socio-anthropological study carried out by Gilberto Freire. The study will make it possible to identify the contribution of both social studies and fiction for the fostering of regional types in the construction of Brazilian identity.

Keywords: History. Literature. Brazilian identity.

O estudo pretende demonstrar a importância do diálogo interdisciplinar para a construção da identidade brasileira, que acontece de uma forma muito particular, no Brasil, uma vez que, pelas características da organização de povoamento e exploração desse território, teremos “lugar determinado” no espaço ficcional econômico e social das etnias no país.

Desde a chegada de Pedro Álvares Cabral às costas da Bahia, em 1500, os portugueses descreveram a terra brasileira para o Rei D. João III, através da carta de Pero Vaz de Caminha, com um misto de surpresa com a exuberância da terra e possibilidades

Marília Conforto é Doutora em Letras pela UFRGS, docente do PPG Mestrado em Letras e Cultura Regional Da Universidade de Caxias do Sul. Docente do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: mc.14@terra.com.br

Textura	Canoas	n.18	p.102-119	jul./dez. 2008
---------	--------	------	-----------	----------------

de exploração econômica do novo território. Passada a primeira impressão, era necessário estabelecer um processo de exploração e colonização que atendessem à política econômica da época, o mercantilismo.

Ressaltamos que o binômio exploração–colonização das terras brasileiras não é apenas uma questão de terminologia para explicar o processo econômico e social. No caso do Brasil, o processo de exploração determinou: a forma de ocupação da terra, o lugar social de cada etnia nesse processo e o modo de produção econômica.

No ano de 1822, deu-se a independência, e o Brasil tornou-se um Império entre Repúblicas latino-americanas. O Estado Nacional brasileiro nasce com características muito particulares. Não houve modificação na política, uma vez que a casa real portuguesa, através de D. Pedro I, continua determinando os destinos políticos, judiciais e econômicos da jovem nação através da constituição outorgada de 1824. Em nível econômico, o modo de produção escravista, a grande propriedade rural e os produtos agroexportadores eram as bases de enriquecimento dos grandes senhores de terras e escravos e da Coroa. O processo de independência se fez com a participação efetiva dos senhores escravocratas, sem a participação do povo.

A idéia do povo é problemática, uma vez que o país era constituído basicamente de trabalhadores escravos que, do ponto de vista jurídico e social, não eram considerados humanos e sim instrumentos de trabalho. Quanto à população pobre, mas livre, vivia sob o poder inquestionável dos grandes proprietários de terras como agregados defendendo interesses políticos e econômicos desses senhores.

Com a abolição da escravidão, em 1888, o Império perdia seu principal apoio, dos grandes senhores de terras. Assim em 1889, finalmente, o Estado Nacional Brasileiro tornava-se uma República. Novamente a constituição de 1891 determina a idéia de povo e nação e estabelece nova organização constitucional para a jovem república. Na prática, o poder dos grandes senhores de terras, os produtores de café, são os construtores da República. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, o povo brasileiro assistiu bestializado à passagem do Império para a República.

Entre os vários problemas que a elite política brasileira terá que resolver, citam-se: o processo de industrialização, a questão da cidadania de negros e índios, a grande massa de imigrantes disputando as vagas nas poucas indústrias existentes. É importante ressaltar que falar em povo é muito complicado em um país onde os negros foram considerados cidadãos de segunda categoria e os brancos pobres ainda eram agregados continuando a defender os interesses dos grandes senhores de terras.

As teorias raciais herdadas do final do Império eram, na verdade, a explicação para o atraso no desenvolvimento brasileiro. O processo de miscigenação é defendido como uma forma de “limpar etnicamente” a jovem república de uma etnia que já cumprira seu papel em nível econômico, na época de Colônia e Império, determinando assim o seu lugar na sociedade republicana brasileira.

Após a queda da bolsa de Nova York, em 1929, e por conseqüência a restrição na importação do café brasileiro, as disputas das oligarquias brasileiras por um lugar no poder levaram o gaúcho Getúlio Vargas à presidência em 1930. A Revolução de 1930 destruiu

as estruturas políticas da Primeira República e abriu caminho para a modernização do Estado brasileiro. A revolução de 1930 foi uma revolução das chamadas camadas médias urbanas contra o predomínio e a hegemonia das oligarquias rurais cafejeiras.

Getúlio Vargas chega ao poder com o compromisso de modernizar o país, e essa modernização passa necessariamente pelo processo de industrialização. Alguns problemas terão que ser resolvidos por Vargas sob pena do fracasso do processo de industrialização e, conseqüentemente, o rompimento dos compromissos assumidos pelo presidente ao chegar ao poder. Os problemas a serem resolvidos, podem ser divididos em dois níveis: tecnológicos e sociais. Quanto aos tecnológicos, o governo Vargas teria que organizar uma infra-estrutura para que a industrialização se efetivasse. Entre eles, a criação de redes de comunicação, energia elétrica, malha ferroviária e siderurgia. Os problemas sociais, mais delicados, implicariam um projeto de nacionalização para o país construindo uma idéia de povo que atendesse ao processo de industrialização, especificamente a formação de uma classe operária que não fosse formada somente por imigrantes, mas por brasileiros. Nesse sentido, os estudos de Gilberto Freyre foram fundamentais para a criação do “cadinho de raças” que formará o povo trabalhador brasileiro no governo Vargas. O estudo de Freyre é feito a partir da introdução do conceito de cultura desenvolvido pelo antropólogo norte-americano Franz Boas. É importante ressaltar que, a exemplo do que acontecerá na formação do Estado Nacional brasileiro em 1822, a literatura foi importante também em 1930 para a construção do significado de povo brasileiro para atender ao processo de industrialização daquele momento.

Desde o movimento Modernista, a cultura brasileira passou por um momento de importantes e significativas transformações no plano social e das idéias. O tema do nacionalismo será o eixo aglutinador desses movimentos. Como já referimos acima, ao lado do ideário nacionalista ocorre ainda intenso processo de modernização do país fazendo com que a classe política tenha que implementar estratégias de ação repensando as estruturas sociais e políticas até então vigentes.

Veloso e Madeira caracterizam esse processo de modernização a partir de:

Crescente urbanização, da formação de um proletariado, com a imigração internacional, da formação de um mercado interno consumidor, da industrialização, da criação de uma indústria editorial, da fundação de universidades e outras mudanças significativas nos âmbitos econômicos e político (VELOSO; MADEIRA, 1999, p.137)

Num espaço de 10 anos, observamos duas rupturas importantes trazendo modificações que terão reflexos na cultura, na política, na economia e na sociedade. O movimento modernista, em 1920, inicia a primeira ruptura nas artes plásticas, na música, na criação estética e na literatura. Em 1930, ocorre a segunda ruptura no plano político, com a revolução de 1930 e seus desdobramentos. Segundo Veloso e Madeira:

Os intelectuais sentem necessidade de agir concretamente, no sentido de organizar a cultura, pois eles se sentem responsáveis por essa organização. No Brasil, isso se

torna característico: os intelectuais assumem a postura de falar em nome do povo. Povo sempre, e até esse momento, é considerado como um infante, ou seja, aquele que não fala, por isso é preciso que alguém o represente. Daí a idéia de missão, de organização da sociedade e de nação que os modernistas vão compartilhar, lançando-se em trabalhos concretos, como o da criação de um conjunto enorme de instituições culturais. (VELOSO; MADEIRA, 1999, p.138)

É nesse contexto cultural que Gilberto Freyre escreve suas obras: *Casa grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*. Motivado por essas transformações, Freyre desloca a reflexão sobre as questões brasileiras do conceito de raça introduzindo o conceito de cultura, provocando uma revolução no pensamento social brasileiro naquele momento. Assim:

Deixar de pensar em nação por meio da idéia de raça e passar a vê-la pela idéia de história, de cultura, de uma razão universal, que nós, brasileiros, também, deveríamos possuir. No livro *Casa grande & senzala*, é nítido o gosto que Gilberto Freyre tem pela palavra “civilização”. E não é só ele, todos naquele momento têm essa profunda admiração pela idéia de civilização. Mário de Andrade a utiliza, assim como Carlos Drummond, Sérgio Buarque e Afonso Arinos (VELOSO; MADEIRA, 1999, p.140)

Gilberto Freyre, assim como outros intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, revisitam o passado histórico brasileiro buscando nele elementos para a compreensão das profundas diferenças sociais brasileiras. A literatura não ficou à margem dessa reflexão. As narrativas ficcionais contribuem para essa reflexão através da construção de personagens que formam a idéia de povo e sociedade trançando um amplo mosaico dos tipos regionais brasileiros. É contribuição ao lado dos estudos antropológicos, sociais, históricos e econômicos de um grande panorama para a compreensão da cultura brasileira e do próprio Brasil.

O projeto terá como objetivo geral a análise das interpretações da sociedade brasileira nos estudos de Gilberto Freyre visando determinar os deslocamentos dos elementos formadores da sociedade brasileira no texto de Freyre para o discurso das obras ficcionais. Como objetivos específicos, propõe-se:

1. Investigar a construção no discurso ficcional e no discurso social dos tipos sociais abordados nas obras que compõem o *corpus* da pesquisa.
2. Examinar como as mudanças econômicas influenciaram na construção dos tipos sociais regionais representados no texto ficcional.
3. Contribuir para a ampliação do conhecimento e reflexões na área interdisciplinar da história e da literatura.

O trabalho interdisciplinar é parte de nossa formação acadêmica e pesquisa.

Historiadora de formação com doutorado em Letras, nosso trabalho, dividido entre a docência e a pesquisa, transita nessas duas áreas do conhecimento. Entendemos

que a Literatura e a História são discursos produzidos por uma cultura em vários níveis: político, jornalístico, social, jurídico e ficcional, para citarmos alguns exemplos. A partir desse entendimento, temos organizado um arcabouço teórico que nos permita embasar a prática pedagógica e de pesquisa. Entendemos que o referencial teórico em um projeto de pesquisa é importante para definirmos conceituações que serão fundamentais para a leitura do *corpus* visando a atingir os objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa e suas questões. Sendo assim, os conceitos explicitados nesse item não se esgotam. Apenas sinalizam de que ponto teórico se está partindo. O trabalho de pesquisa em nosso entender também objetiva uma reflexão ampliando os conceitos iniciais definidos no projeto.

Propomos em um dos objetivos específicos a reflexão sobre a relação literatura e história. Um dos primeiros pontos que temos que definir é o uso do vocábulo “deslocamento”. Ele será usado nas reflexões de pesquisa a partir de sua definição, ou seja, deslocamento como mudança de lugar. Segundo o dicionário Larousse o verbete deslocamento significa: “Ato ou efeito de deslocar(-se). E, também, afastamento ou desvio”. A relação que estabelecemos nos campos da história e da literatura será justamente o deslocamento de um discurso histórico-social que passa a figurar como matéria ficcional, no texto do romance. Entendemos que a lógica da narrativa literária é diferente da lógica da narrativa histórica. A primeira é pautada nos critérios literários e, portanto, é arte. A segunda, a história, nos critérios científicos. Ou seja, a literatura reconduz o real, no sentido de deslocamento; a história explica decodifica e analisa a partir da ciência.

A história desenvolveu-se como ciência dentro do cientificismo do século XIX. Estava ligada ao desenvolvimento dos métodos de investigação, do estudo das fontes e da crítica dos documentos. Isso representou um grande avanço metodológico para essa ciência. Até então, a escrita da história aproximava-se do fazer literário, já que constituía uma longa descrição de feitos heróicos de grandes personagens e do ocaso das principais civilizações. A coerência interna desse discurso era grandemente literária.

O historiador – narrador do texto histórico – deveria desaparecer por detrás do fato histórico descrito, tornando-o coletivo. É como se a matéria narrada tivesse autonomia. Quanto menos o narrador interferisse, mais verdadeiro apareceria o narrado ao leitor. O “Eu” individual, com determinação particular, transforma-se no “Eu” genérico, que expressa e transmite a experiência humana. No passado, mesmo diferenciando-se na questão do tipo de narrador e da forma de narrar, a história e a literatura não se distanciavam.

Na antiga Grécia, Aristóteles já escrevia sobre as relações entre a literatura e a história. Segundo ele, o literato não tinha como função o relato do passado real, mas sim do passado possível. Devia ater-se, sobretudo, à verossimilhança e aos encadeamentos do relatado. O ficcionista e o historiador não diferiam na forma de narrar, um em verso e o outro em prosa. A distinção estava no fato de que o historiador era obrigado a narrar o que aconteceu, e o literato narrava apenas o que poderia ter acontecido (PINSKY, 1980, p.144).

Edward M. Forster refere-se a uma outra diferenciação entre história e literatura. Para ele, o historiador limita-se a deduzir os atos e o caráter dos homens exclusivamente

nos limites de suas ações. Ele preocupa-se com o caráter humano como o romancista, mas só pode referir-se à alma humana quando ela aflora como fato observável. Ao contrário, a alma humana é sempre objeto de trabalho do ficcionista (FOSTER, 1969).

Utilizando-se das palavras de um crítico francês, E. Forster concluiu que “cada ser humano possui dois lados, apropriados à história e à ficção” (FOSTER, 1969, p.35, et seq.). Assim, seria do domínio da história todo fato humano observável – as ações e a existência espiritual dedutível de seus atos. Ao contrário, um dos objetos centrais do romancista seria relatar a face romanesca do ser humano, com suas paixões, seus sonhos, alegrias, tristezas e meditações que, eventualmente, a polidez ou a vergonha impediram-no de expressar (FOSTER, 1969, p.35-36).

As diferenciações entre história e ficção determinam uma diversa expressão do personagem nas obras ficcionais e historiográficas. O historiador registra; o romancista cria. Na vida cotidiana, os indivíduos jamais se compreendem uns aos outros plenamente, nem existem clarividências ou confissões completas. Eles se conhecem, aproximadamente, por sinais exteriores que servem o suficiente para as trocas sociais e pessoais. Nos romances, ao contrário, os personagens podem ser completamente entendidos se o romancista assim o quiser. Suas vidas interiores e exteriores podem ser expostas e explicadas minuciosamente. Devido a isso, os personagens relatados pela literatura surgem em forma mais nítida do que os descritos pela historiografia (FOSTER, 1969, p.36).

Roland Barthes também assinalou as estreitas relações entre o romance e a historiografia, sobretudo no século XIX, quando ambos conheceram um grande desenvolvimento. Esse autor lembrou que tanto os romances como a historiografia “exprimiram-se através dos longos recitativos”, “espécies de projeções planas de um mundo curvo e ligado [...]”. Para ele, a narrativa estava no coração do romance e da obra historiográfica do século XIX (BARTHES, 1971, p.43).

Anatol Rosenfeld toma como ponto de partida o narrador para diferenciar história e ficção. O historiador, como enunciador real das orações, no ponto zero do sistema de coordenadas espaço-tempo, projeta, a partir desse ponto zero, o mundo real do passado histórico. Entretanto, ele não faz parte desse mundo enunciado. Na ficção narrativa, desaparece o enunciador real e constitui-se um narrador fictício que passa a fazer parte do mundo narrado, identificando-se, por vezes, ou sempre, com um ou outro personagem. (ROSENFELD, 1964, p.20-21).

Luis Carlos Bresser Pereira, no prefácio escrito para o livro *Identidades do Brasil*, de José Carlos Reis, citando o autor, enfatiza que: “cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a interpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o futuro” (BRESSER apud REIS, 2003, p.13). Nossa intenção não é projetar o futuro, mas, a partir do resgate da história fixado nos textos de interpretação social de Gilberto Freyre, analisar os pressupostos científicos, elaborado por Gilberto Freyre, que construíram as formações sociais do Brasil, e o deslocamento dessas formações sociais nas obras ficcionais de José Lins do Rêgo e Jorge Amado.

No estudo da formação social brasileira, é importante definirmos o uso do termo cultura. Novamente, voltamos ao dicionário para definirmos o conceito. Segundo o dicionário de conceitos históricos, o verbete cultura possui uma multiplicidade, sendo o conceito um dos principais nas ciências humanas, a ponto de a Antropologia constituir-se como ciência quase que somente em torno desse conceito. Segundo o dicionário, o significado mais simples desse termo afirma que:

Cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até idéias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. (SILVA, 2006, p.85)

O conceito de cultura será importante para mapearmos a influência da diversidade cultural no período estudado, 1930-1933, suas manifestações no plano da ficção e a influência do meio econômico-social. São as realizações humanas nos planos materiais e imateriais que constituem a cultura como fundamento básico da história. Segundo Silva: “a perspectiva interdisciplinar da Escola de *Annales*, os historiadores da Nova História começaram a fazer as conexões entre a história e Antropologia e História e Literatura, algo que o antropólogo Gilberto Freyre foi precursor” (SILVA, 2006, p.87).

Etnia é um dos termos básicos na obra de Gilberto Freyre, não só para o entendimento do processo de exploração econômica do Brasil como também na organização social e política. O termo etnia surge no início do século XIX para designar as características culturais próprias de um grupo, como língua e costumes. Segundo Silva, é importante estabelecer a diferença do termo etnia para Vancher e Max Weber:

Vancher de Lapouge, antropólogo que acreditava que a raça era o fator determinante na história. Para ele raça era entendida como as características hereditárias comuns a um grupo de indivíduos. Elaborou então o conceito de etnia para se referir às características não abarcadas pela raça, definindo etnia como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados, de modo a diferenciar esse conceito do de raça (que estava associado a características físicas). Já Max Weber, por sua vez, fez uma distinção não apenas entre raça e etnia, mas também entre etnia e Nação. Para ele, pertencer a uma raça era ter a mesma origem cultural comum. A Nação também possuía tal crença, mas acrescentava uma reivindicação de poder político. (SILVA, 2006, p.124)

É necessário definir também o conceito de região, uma vez que tanto o período histórico referente às obras ficcionais e o estudo antropológico foram permeados pela idéia da região enquanto recorte cultural como econômico. Não é nosso objetivo “re-inventar a roda”, ou seja, criar um novo conceito de região. Ele já existe. Nosso objetivo é refletir sobre o conceito de região e verificar de que forma ele pode ser aplicado ao nosso objeto

de pesquisa. Nesse sentido, o cap. V, “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”, escrito por Pierre Bourdieu, é importante por dois motivos. Primeiro porque o autor chama a atenção que, para se chegar a uma conceituação de região, é importante o diálogo interdisciplinar. Segundo, a idéia, que reforça a primeira, de que a discussão sobre o conceito de região pode e deve abrigar os vários níveis de conhecimento dialogando e não competindo, cientificamente, com o objetivo de determinar quem deve deter a “guarda” do conceito de região. Além disso, o autor defende a idéia de que o conceito de região resulta muito mais de uma construção em nível da enunciação, do imaginário, do que de concepção natural. A respeito do diálogo interdisciplinar, o autor escreveu:

Este texto, que merecia ser citado mais longamente ainda, mostra bem que a relação propriamente científica entre as duas ciências tem as suas raízes na *relação social* entre as duas disciplinas e os seus representantes. Com efeito, na luta para *anexar uma região do espaço científico* já ocupada pela geografia, o economista – que reconhece àquela o mérito de primeiro ocupante – designa de modo inseparável os limites das estratégias científicas do geógrafo (a sua tendência para o “internalismo” e a sua inclinação para aceitar o determinismo “geográfico”) e os fundamentos sociais destas estratégias. Isto é feito por meio das qualidades e dos limites que ele atribui à geografia e que são claramente *reconhecidos* pelo porta-voz desta disciplina dominada e dada a contentar-se “modestamente” com aquilo que lhe é concebido, a isolar-se na região que as disciplinas mais “ambiciosas”, sociologia e economia, lhe dão em partilha, quer dizer, o pequeno, o particular, o concreto, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição – por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc. (BOURDIEU, 2001, p.109) [grifos do autor]

Se a geografia estuda do espaço físico e os elementos da natureza como clima, erosão e ocupação humana, só para citar alguns, a história, a sociologia, estudam os efeitos dessa ocupação humana neste espaço físico, observando a organização social, as formas de exploração tanto do homem como dos recursos naturais. A língua se preocupa com os falares e a representação desse mundo real e suas transformações que aparecerão sob a forma dos textos: jornalísticos, históricos, jurídicos, literários, etc. A cultura, com os rituais, as canções, o patrimônio material e imaterial.

Sobre a construção do conceito de região em nível da enunciação, o autor escreveu:

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (a *auctoritas*, como lembra Benveniste, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *autor*). O *autor*, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir, como conformes à natureza das coisas “naturais” (BOURDIEU, 2001, p.114). [grifos do autor]

Para Pozenato é importante pensar a região como uma rede de relações. Segundo ele:

Uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim, em última instância, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para esse significado. Isto é, o que é entendido como região é, realmente, uma regionalidade. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista (POZENATO, 2003, p.152) [grifos do autor]

Pozenato aponta uma discussão importante, o que faz uma região é o espaço ou, ao invés dele, o tempo, a história. Se a região:

Apresenta-se como um espaço, ela é um espaço definido por uma história diferente da do espaço vizinho externo. Essa ênfase na história como fator constituinte da região remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da *paisagem*. Mas remete, principalmente, para uma visão sistêmica da regionalização como processo. Nesse processo pesa, sem dúvida, a construção de identidades internas, mas pesa, igualmente, o deslocamento produzido pelas diferenças vindas do mundo externo. (POZENATO, 2003, p.152)

Para que possamos perceber como a constituição da idéia de região se dá, é necessário pensar a questão da língua. Não um estudo lingüístico, mas língua entendida como discurso. É a análise discursiva uma das “chaves de leitura” para verificarmos como a história, a cultura, o meio geográfico influenciará a construção das formações social no estudo antropológico de Freyre e na ficção de Rêgo e Amado. Ressaltamos que as produções literárias e antropológicas criaram novos espaços de diálogos regionais. Região é utilizada aqui como regiões culturais onde fronteiras e limites não seriam determinados como na geografia.

Segundo Jô Gondar, “na mente humana, existiriam representações da identidade das coisas – os conceitos –, e a função da linguagem seria a de significá-los” (GONDAR, 2002, p.107) é através da linguagem que se resgata o processo de constituição e deslocamento das formações regionais e tipos regionais do âmbito social para a ficção. No seu estudo sobre linguagem e construção de identidades, a autora propõe um debate entre dois teóricos: Sebastião Votre e Kanavillil Rajagopalan. Como abordamos acima, o importante não é escolher entre uma ou outra linha teórica dos autores citados, e sim dialogar entre elas. A exemplo do conceito de região, o conceito de identidade, segundo o estudo de Gondar,

Os trabalhos partem do pressuposto de que, com relação à identidade, não há um ‘em si’, ou seja, não há uma identidade pronta e acabada, estabelecida *a priori*.

A identidade aparece, ao contrário, como construída, ou melhor, em constante processo de construção e de reconstrução. O outro ponto de convergência dos dois artigos diz respeito ao foco a partir do qual essa construção será pensada: ela se realiza a partir da linguagem. (GONDAR, 2002, p.109)

Segundo *Votre*, essas crenças e desejos se constroem a partir da linguagem (VOTRE apud GONDAR, 2002, p. 110). A linguagem em nossa pesquisa transita pelo discurso nas narrativas de Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo e Jorge Amado. Outro ponto importante que Jô Gondar resgata no estudo de um outro teórico, Rorty é a questão da homogeneização das diferenças. Ele propõe:

A superar toda a tradição metafísica, essencialista, capaz de garantir a verdade última de todas as coisas, válida para todos os homens, tempos e circunstâncias. Em seu lugar nos propõe uma ironia estética, a partir da qual a filosofia perderia qualquer privilégio, transformando-se numa modalidade literária, entre outras. O ironista liberal, personagem de uma nova proposta ética e social, seria aquele que objetiva a solidariedade pela identificação com o sofrimento do outro. Desse modo, as semelhanças entre homens se sobrepujariam às diferenças e o homogêneo, o que permitiria alargar o círculo do *nós*, favorecendo o auto-enriquecimento do sujeitos. Trata-se, portanto, de uma relativização dos valores e crenças pessoais em que se põe em jogo a homogeneização das diferenças, através do sofrimento. Desde que um sujeito sofra, sua diferença e seus valores poderiam crescer-se ao círculo do *nós*. O que cabe perguntar é se não haveria um ponto limite no qual a proposta de homogeneização das diferenças, implicando uma relativização de valores, desmorona. (GONDAR, 2002, p.111-112) [grifo do autor]

Os estudos do prof. Kanavillil Rajagoplan direcionam-se para a idéia de heterogeneidade. Ele aponta o perigo que se constitui a idéia de homogeneização, lembrando que, no sonho hitleriano da pureza, se contrapõe à hibridez, à mestiçagem e à heterogenia como fatores responsáveis pela sobrevivência das coletividades. Para Rajagoplan, a linguagem pode ser analisada segundo critérios políticos:

O trabalho trata de uma política da representação, o que nos coloca para além de um campo simbólico neutro, composto de termos lingüísticos elementares, cujo rearranjo poderia produzir novos sentidos. A própria definição de língua – se a pensarmos numa dimensão particular e concreta – não poderia ser separada de fatores geopolíticos, tais como a consolidação de um determinado território. (GONDAR, 2002, p.114)

Concordamos com a autora, ao final do seu estudo, que mais importante do que a teoria escolhida é perceber quanto ao estudo da identidade que:

O que está em jogo é a política da representação, o aspecto político da forma como construímos nossas identidades. Ou seja, em vez de se decompor as

representações em elementos mínimos que podem ser rearranjados, trata-se de suspeitar da vontade política que nos leva a representar desta ou daquela maneira. Existem determinados climas geopolíticos que favorecem a construção de algumas identidades: no século XIX, por exemplo, um clima favorável aos nacionalismos; nesta passagem de século, um clima favorável a uma globalização excludente, mas que também dá lugar a identidades que resistem a esse projeto homogeneizador. As identidades são fabricações, formas que a vontade política é capaz de criar: o que importa é examinar a serviço de que elas se forjam. (GONDAR, 2002, p.115)

Pozenato, ao lembrar os atuais conflitos entre região e nação, retoma as palavras de Ruben Oliven, que considera que:

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional. (OLIVEN apud POZENATO, 2003, p.153)

A idéia de região leva a definição do conceito de fronteira. Originalmente, um termo cunhado pela geografia, o termo fronteira também é apropriado pela história e a literatura. Nesse sentido, para as ciências sociais, fronteira toma uma dimensão mais abrangente. Flávio Loureiro Chaves refletiu sobre a etimologia da palavra fronteira e sua aplicação nos estudos literários. Segundo o autor, a palavra fronteira é originária do latim, *frons*, *frotins*, que significa “aquilo que se encontra à frente”. Fronteira e limite são termos utilizados como sinônimos, mas, segundo os estudiosos, há uma diferença. No dicionário, limite é definido como: “linha que determina uma extensão espacial ou que separa duas extensões; o que não pode, nem deve ser ultrapassado”. Limite seria o ponto final, onde uma coisa acaba e outra começa. Já fronteira é o espaço ao redor do limite. É o espaço da vivência entre as coisas separadas pelo limite. É a linha que não separa, mas une os espaços que nela se encontram. Flávio Loureiro Chaves ressalta que a fronteira é “uma zona privilegiada de encontro”.

Dentro desta conceituação de fronteira, Sandra Pesavento analisa esta diferença entre os significados de fronteira, na geopolítica e nas ciências sociais. Sua análise define que fronteira, na significação geopolítica, é o “encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície”, ou seja, fronteira na geopolítica significa o que Chaves definiu como limite. Mas, para a utilização nas ciências sociais, o conceito de fronteira deve ser pensado de forma mais ampla. Segundo ela, a fronteira é:

Como margem em permanente contato, como passagem a proporcionar mescla, interpretação, troca e diálogo, que se traduzem em produtos culturais. Assim, as fronteiras remetem à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar

intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significado contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e idéias. (PESAVENTO, 2006, p.10-11) (grifo do autor)

Desta maneira, a autora define que fronteira é um espaço de troca, de influência, e desta troca resulta um novo, não somente a soma das culturas, mas sim uma nova cultura, distinta das partes constitutivas, um elemento *sui generis*, híbrido e mestiço.

Roger Bastide, em *Brasil, Terra de Contraste*, define fronteira considerando que o enfrentamento dos países serviu como um catalisador das trocas culturais, e que a inexistência de posse nos tempos remotos do território impossibilitou a separação cultural:

Fronteira é local de luta, mas é também local de interpretação, de trocas de civilizações, principalmente quando é móvel. A que separa as possessões espanholas das possessões portuguesas, deslocava-se ao sabor dos golpes de surpresas e das batalhas; era fronteira feita de corpos humanos, e não de montanhas ou de rios. Descendentes de velhas famílias portuguesas são encontrados no Uruguai, descendentes de velhas famílias espanholas são encontrados no Rio Grane do Sul. Os indivíduos misturam-se numa área movediça que não era possessão de nenhuma coroa, e sim o domínio de rebanhos e capinzais. (BASTIDE, 1978, p.178)

A situação política e econômica dos anos 30 refletem as conceituações sobre região enunciadas acima. A Revolução de 30 encerrou a política do “café com leite”. É a substituição do Brasil do campo, da agricultura agroexportadora que imperava como poder político e econômico desde a colônia, pelo Brasil industrial da região sudeste, especificamente a região de São Paulo. As regiões econômicas eram evidenciadas no jogo político das oligarquias.

No plano ficcional, o Brasil marginalizado e reduzido aos pedaços, os esquecidos pela civilização são recuperados e reinventados como fundamentos da nossa formação social e, portanto, são chamados a contribuir com a nova ordem econômica, a industrialização. Eles são o povo brasileiro. A ficção, antecipando-se ao discurso político, denuncia que o homem do campo será mais uma vez marginalizado, esquecido em detrimento do operário urbano, peça fundamental para o sucesso do projeto industrial de Getúlio Vargas. A ficção de José Lins do Rêgo aponta, também, para o fim do ciclo do açúcar. Enquanto que Jorge Amado descreve a importância do ciclo do cacau e desvela as mazelas de um modo de produção ferozmente policiado pelo coronelismo de parentela.

Escolhemos quatro obras que foram importantes e que inspiraram esse projeto de pesquisa. O livro *As identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*, de José Carlos Reis, que foi utilizado na organização da disciplina de Formação Social Brasileira ministrada no PPG Mestrado em Letras e Cultura Regional. A partir do livro de Reis, dialogamos com Ludwig Lauerhass e Carmen Nava em *Brasil, uma identidade em construção*. Para a reflexão

interdisciplinar, escolhemos o clássico de Nelson Werneck Sodré *História da literatura brasileira* e o trabalho de Antonio Dimas, Jacques Lenhardt e Sandra Jatahy Pesavento, organizadores da obra, *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*.

Em *As identidades do Brasil: De Vanhagem a FHC*, José Carlos Reis caracteriza o trabalho de Gilberto Freyre na temática do “reelogio da colonização brasileira”. Segundo ele, o elogio da colonização portuguesa foi iniciado por Varnhagen em 1850, quando da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Reis justifica aproximação de Vanhagem e Freyre, distantes no tempo – 1850/1930 – mas próximos em termos de discurso escrevendo:

Dividimos estas sínteses do Brasil em duas correntes: a do descobrimento do Brasil (1850-1930), aqui representada por Varnhagen e Gilberto Freyre, que priorizam a continuidade em relação a mudança, que preferem o passado brasileiro ao futuro, preferem, o Brasil português ao Brasil brasileiro, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Desde essa perspectiva, o futuro do Brasil deverá ser ou mesmo passado ou a melhoria do passado. A tese do ‘progresso linear e gradual’ é interpretada de modo conservador: é o mesmo que se aperfeiçoa. O passado resolverá os seus problemas sem necessidade de ruptura, mudança brusca, revolução. A crítica documental serve para resgatar a verdade e tradição, para torná-la mais viva e mais vigorosa contra a mudança. (REIS, 2003, p.16)

José Carlos Reis analisa, em *Casa Grande & Senzala*, os pressupostos e teses utilizados por Freyre como sustentáculos teóricos na sua análise. A grande inovação de Gilberto Freyre na interpretação da formação social brasileira é a introdução do conceito de cultura. Como já ressaltamos, esse conceito é desenvolvido a partir da teorização de Franz Boas, de quem Freyre foi discípulo. Ao analisar *Casa Grande & Senzala*, Reis destaca cinco teses sob a forma de perguntas que Freyre irá responder. A primeira: “Como se deu o encontro entre as três raças constituidoras do povo brasileiro?” A segunda tese propõe a seguinte questão: “Por que, vitoriosos militarmente, os portugueses não se isolaram orgulhosa e aristocraticamente, apenas extraindo trabalho dos escravos e estuprando negras e índias? Por que foi possível a miscigenação com relação ao português?” A terceira tese responderá à pergunta: “Qual será o palco, a sede, o lugar central em que se dará este encontro feliz ente as três raças, sob a liderança do português?”. A quarta tese propõe a questão: “A miscigenação que está na origem da colonização portuguesa do Brasil, graças às predisposições psicológicas, étnicas e históricas do português, foi um bem ou um mal? A miscigenação degenerou os brasileiros, tornando-os inferiores, inaptos, doentes, ou não? Se ela trouxe a democracia racial, a confraternização entre as raças, ela trouxe também o debilitamento da raça brasileira?”. A última tese foi formulada através da pergunta: “Para esse povo miscigenado, confraternizado, bem adaptado aos trópicos, qual seria o regime político mais adequado? A democracia racial brasileira poderia corresponder a democracia social e política?”.

O mérito de Freyre na resposta das teses foi o de equilibrar antagonismos que se originaram na formação social brasileira, tais como: cultura européia, cultura indígena

e africana. Etnias branca, indígena e africana que, sob a pena de Freyre, conviveram de forma harmônica no que se convencionou chamar de luso-tropicalismo. As instâncias de poder: senhores de engenho, fazendeiros e jesuítas, economia agrária e pastoril e o difícil equilíbrio entre senhor e escravo aparecem como símbolos de uma democracia social. É importante ressaltar que os títulos dos dois trabalhos de Freyre encerram a síntese arquitetônica que lançaram luzes sobre a instância econômica e social da formação brasileira: casa grande e senzala/sobrados e mocambos.

A obra de Gilberto Freyre analisada pelos autores José Luiz Passos e Valéria Costa e Silva para o livro organizado por Lauerhass e Nava parte do conceito de cultura introduzido por Freyre, concluindo que as condições sociais e econômicas desfavoráveis produziram efeitos deletérios sobre as populações, e que essas condições poderiam provocar mudanças na constituição biológica dos indivíduos. Ressaltam ainda que o uso do termo “democracia social” cunhado por Gilberto Freyre diz respeito ao uso do termo no sentido cultural e não no sentido político.

Os autores Dimas, Lenhardt e Pesavento, organizadores da obra *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*, e seus colaboradores oferecem um amplo quadro que parte da escrita e recepção de *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. Na segunda parte, tratam da temática da paisagem social, cidade e espaço. E concluem com um estudo sobre o tempo em *Sobrados e Mocambos*. No item Apresentação, os autores classificam a obra como um texto produzido entre a História e a Ficção, e as interpretações de Gilberto Freyre “*avant la lettre* para seu tempo” (DIMAS; LENHARDT; PESAVENTO, 2006, p.7). Os organizadores e colaboradores da obra se articulam em torno da idéia da “efervescência brasileira do começo da década de 30 e que participa de um projeto identitário brasileiro, gerado pela necessidade de releitura do país” (DIMAS; LENHARDT; PESAVENTO, 2006, p.12). A partir dessa concepção, cada colaborador enfocará, através de suas respectivas análises, o “jogo de equilíbrio” que Reis identificou como o equilíbrio de antagonismos em terras tropicais.

Finalmente Sodré, em sua obra clássica *História da Literatura Brasileira*, enquadra as obras de ficção, escolhidas para essa pesquisa, escritas por José Lins do Rego e Jorge Amado, como decorrência do processo de nacionalização da literatura brasileira inaugurado com a Semana de Arte Moderna de 1922. É importante para nossa pesquisa que essa nacionalização na transita na inclusão dos tipos regionais que até então eram tratados, como matéria ficcional, como “pano de fundo” nos romances. Como já afirmamos, a ficção muitas vezes se antecipa ao discurso social denunciando as mazelas e as dificuldades das populações marginalizadas através dos enredos ficcionais.

Para compor o *corpus* para o estudo sobre a formação social brasileira, escolhemos, de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. Das obras ficcionais de José Lins do Rêgo, *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Bangüê*, *Usina* e *Fogo Morto*. E, de Jorge Amado: *Cacau*, *O país do carnaval*, *Suor*, *Gabriela* e *Jubiabá*. O critério de escolha dos romances foi a problemática social e a representação ficcional dos tipos regionais retratadas nas narrativas. A partir do *corpus* selecionado e do referencial teórico propomos o problema de pesquisa e questões de pesquisa: como os estudos antropológicos

de Gilberto Freyre e as obras ficcionais de José Lins do Rêgo e Jorge Amado contribuíram e problematizam as questões étnicas na formação social brasileira? Que relações podem ser estabelecidas entre a economia brasileira e a construção dos tipos sociais no discurso histórico e ficcional? Como o texto ficcional reconduz as questões sociais gestadas a partir do modelo econômico que permeiam o estudo social de Gilberto Freyre? Como a economia regional influencia a constituição dos personagens ficcionais? Que relações podem ser percebidas no texto ficcional que denotam os aspectos fixados nos decretos-leis, da época de Vargas, com o objetivo de construir a identidade nacional, via jurídica?

Acreditamos que, a partir do diálogo interdisciplinar entre a literatura e a história, poderemos traçar um panorama mais completo sobre os elementos que constituem nossa identidade. O projeto também prevê um diálogo com as pinturas de Portinari. A escolha do pintor deve-se ao conjunto de sua obra que retratou os diversos momentos da economia brasileira no período, tais como: o café, o algodão, o fumo e também os diversos tipos sociais do Brasil presentes nas narrativas ficcionais e sociais.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela: cônica de uma cidade do interior*. 85.ed. São Paulo: Record, 2001.
- _____. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *País do carnaval; cacau; suor: romance*. 29.ed. São Paulo: Martins, 1971.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*. 50.ed. Rev. Rio de Janeiro: Global, 2005.
- _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- RÊGO, José Lins do. *Bangüê*. 9.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. (Coleção Sagarana, 29).
- _____. *Doidinho*. 36.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- _____. *Fogo Morto*. 53.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- _____. *Menino de engenho*. 80.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- _____. *Usina*. 13ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

Bibliografia geral

- ANGENOT, Marc. “Para uma teoria do discurso social: problemática de uma pesquisa em andamento” In: *Cadernos do Instituto de Letras* n.7, maio de 1992. (Trad. Zilá Bernd).
- AGUIAR, Flávio Wof de. CHIAPPINI, Ligia. *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp; Centro Angel Rama, 1993.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. E. de Souza. Porto Alegre: Globo, 1996.
- BASTIDE, Roger. *Brasil: Terra de Contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BORDIEU, Pierre. “Cap. V. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cultrix, 1980.

- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Trad. M. Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985.
- _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CEZAR, Temístocles. “Considerações acerca do estatuto do texto histórico”. In: *História em Revista*. Pelotas: Instituto de Ciências humanas: Núcleo de Documentação Histórica/UFPEL, n.2 1996. Semestral.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DANTE, Moreira Leite. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INESP, 1960.
- DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Coleção Retratos do Brasil).
- _____. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.
- _____. *Heróis e vilões no romance brasileiro: (em torno das projeções de tipos sócio-antropológicos em personagens de romances nacionais do séc. XIX e do atual)*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. L. F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- GAY, Peter. *O estilo na história. Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhart*. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HELENA, Lúcia. Escrevendo a nação. Texto apresentado no IV Congresso ABRALIC: Literatura e Diferença. São Paulo, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. (Documentos Brasileiros: 1).
- KALIMAN, Ricardo J. “La palabra que produce regiones. El concepto de región desde la Teoría Literaria. Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Historia y Pensamiento Argentinos, Julio, 1994.
- LAUERHASS JR., Ludwig; NAVA Carmen (orgs.). *Brasil: uma identidade em construção*. Trad. Cid Knipal, Roberto Espinosa. São Paulo: Ática, 2007.
- LEEHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LYRA, Pedro. *Literatura e ideologia. Ensaios de sociologia da arte*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. F. Indursky. São Paulo: UNICAMP, 1993.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Cap. 2. A Geografia Humana como História*.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica 1933-1974*. 9.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. 4. reimp. da 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PAVIANI, Jayme. "Letras e Cultura Regional". In: *Jornal O Pioneiro*. Sábado e domingo, 11 e 12 maio 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. (Org.) *História Cultural. Experiências de pesquisas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- POZENATO, José Clemente. "Algumas considerações sobre região e Regionalidade". Texto redigido para a seleção do PPG Mestrado em Letras e Cultura Regional em 2003.
- _____. *Processos culturais: reflexões sobre dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentimento do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O processo civilizatório. Raízes da evolução sócio-cultural*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- ROCHA, Everardo. *Jogo de Espelhos. Ensaios de Cultura Brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica (Orgs.). *Leituras Brasileiras. Itinerários no pensamento social e na literatura*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. *Evolução Histórica do Brasil. Da Colônia à crise da "Nova República"*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Evolução social e econômica do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.
- _____. *História da literatura brasileira*. 10.ed. Rio de Janeiro: Grafia, 2002.
- SOUZA, Octávio. "Introdução". In: *As identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escrita, 1994.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.